tratamento dos questionários; 14) análise dos resultados; 15) redacção do relatório.

A indicação das fases sugere, e a leitura do livro confirma, que ainda dentro do âmbito delimitado pelo autor para o seu trabalho, o questionário que é estudado em pormenor é aquele que é administrado em entrevista directa entre um inquiridor e o inquirido. Os inquéritos que utilizam questionários enviados pelo correio e os que se administram pelo telefone obedecem, na sua estrutura básica, ao esquema adoptado pelo autor, nas suas fases principais, mas têm particularidades que neste trabalho são simplesmente referidas, por vezes.

Cada fase é abordada em pormenor, excepto as quatro primeiras e as duas últimas, como já se disse, usando-se muitos e variados exemplos na apresentação e desenvolvimento dos assuntos tratados, com o cuidado de fazer referências bibliográficas desenvolvidas e comentadas no sentido de permitir um aprofundamento das matérias versadas.

Na 5.ª e 6.ª fases é dado algum desenvolvimento à estatística aplicada à amostragem. Nas 7.ª, 8.ª e 9.ª fases tratam-se, além de outras, de questões técnicas importantes ligadas à elaboração das perguntas, à selecção e aplicação das escalas e à construção geral do questionário. Ao desenvolver as 10.ª, 11.ª, 12.ª e 13.ª fases do seu esquema, Claude Javeau aborda alguns aspectos sobre os quais era, até agora, especialmente difícil encontrar informações bem elaboradas e acessíveis, por exemplo, sobre a formação e o trabalho dos inquiridores, a aplicação do questionário, a codificação, o tratamento automático de informação e o recurso aos computadores. É interessante observar o facto de que, ao tratar de codificação e das tarefas do tratamento das informações obtidas, o autor só se referisse às técnicas e aos meios utilizáveis no tratamento mecanográfico ou electrónico da informação... o que deixa matéria para meditação sobre os meios de que hoje se podem utilizar os sociólogos nas suas pesquisas, na Bélgica.

O livro inclui ainda três anexos muito úteis, o primeiro apresentando vários exemplos de códigos sobre ramos de actividade, ensino (níveis e cursos), estado civil, localidade e profissão, se bem quem em alguns casos se trate de aplicações directamente adequadas à realidade social belga; o segundo anexo recorda as principais noções estatísticas mais correntemente usadas nos trabalhos de sociologia; no último apresenta-se uma introdução sucinta ao cálculo binário, com interesse para uma melhor compreensão das operações efectuadas pelos computadores.

Uma bibliografia crítica (que só cita obras publicadas em francês) e os índices alfabéticos de assuntos e geral, contribuem para tornar este livro de Claude Javeau um importante instrumento de trabalho que se aconselha a quem trabalha com questionários como instrumentos de inquétos sociológicos.

Marinho Antunes

PIOTTE, Jean-Marc — *La pensée politique de Gramsci*, Paris, Éditions Anthropos, 1970.

Produto de um trabalho académico (elaboração de uma tese, sob a orientação de L. Goldmann), este livro revela as qualidades e os limites que é comum possuirem as obras do género.

Entre as qualidades, não podem deixar de ser notados o esquema articulado da exposição, a prosa clara e corrida, e, sobretudo, a útil bibliografia das obras *de* Gramsci e *sobre* Gramsci.

Já entre os limites nos parece estar o excessivo cuidado com que a interpretação se cola aos textos estudados, os *Quaderni del carcere*. O autor de resto, explicita alguns limites que se impôs e que justificam em parte a sua falta de audácia: «No nosso trabalho insistimos na análise *interna* da obra de Gramsci. Suprimimos o mais possível as críticas que poderíamos fazer, assim como — excepto na conclusão — evitámos as comparações entre a obra de Gramsci e as de outros autores marxistas, afim de não ocultar, por uma análise externa, o pensamento característico do autor» (p. 14).

Por outro lado, a própria natureza dos textos estudados terá trazido ao autor não pequenas dificuldades. Refere ele na Introdução, os problemas levantados pelos critérios adoptados na edição Einaudi dos *Quaderni*, o caráter criptográfico da terminologia de Gramsci, provocando frequentemente a dúvida sobre o estatuto a atribuir a certas expressões (meio de escapar à censura ou divergências em relação às concepções

marxistas dominantes?) e ainda a forma dispersa, fragmentada e abreviada sob que se apresentam tratados os mais variados temas nos *Quaderni*.

Precisamente o objectivo do autor era produzir, a partir desse conjunto de «reflexões descontínuas e heterogeneas», «o que Gramsci não pôde produzir: um pensamento articulado, desenvolvido com coerência» (p. 10), tarefa bem difícil, facto que o autor não deixa de assinalar, ao comparar o elevado número de trabalhos sobre a vida de Gramsci com as escassíssimas interpretações de conjunto da sua obra.

Para tentar construir, pois, um conhecimento unificador, procurou um conceito-chave capaz de constituir um polo na organização dos vários elementos dispersos, que fosse ao mesmo tempo um ponto de apoio sólido na arquitectura do pensamento político de Gramsci. Foi, a noção de «intelectual» (noção predominante no pensamento de Gramsci) que guiou a elaboração do plano de trabalho. Assim a ideia-mestra se desenvolve e repercute nos diversos níveis em que a análise se vai aplicando: cap. I — «O intelectual orgânico»; cap. II — «O intelectual tradicional»; cap. III — « O partido»; cap. IV — «A função hegemónica do partido», etc., até ao cap. VIII — «O Estado».

Não é este o local para entrar num exame aprofundado sobre a possível fraqueza crítica do autor, sobre a sua possível timidez em tirar mais fundas consequências das análises para um esclarecimento da natureza específica da contribuição de Gramsci para o grande debate marxista. É bem provável que no final da leitura haja, neste sentido, um certo sentimento de incompletitude. Parece-nos, no entanto, que seria injusto com o autor ficar aí. Discutível,é certo, limitada poderá ser a sua tentativa de re-construção de um pensamento articulado. A verdade, porém, é que ela poderá ser um incitamento a outros trabalhos e mesmo que mais não seja, uma fonte de informação de inegável utilidade.

Maria Eduarda Cruzeiro

CASTELLS, Manuel — *Luttes Urbaines*, Paris François Mapero, 1973.

Quando se fala de «urbanização». entende-se, antes de mais, uma determinada relação da população com o espaço, ou melhor uma forma particular de organização social do espaço que é função, numa formação social, da articulação específica das relações económicas.

Compreende-se, por coseguinte, que numa formação social onde o modo de produção capitalista (M.P.C.) for dominante a urbanização será basicamente determinada pela força duma racionalidade económica. Mas, nas formações sociais «de transição para o socialismo» (onde o M.P.C. já não é dominante), o papel preponderante no processo de urbanização pertence ao Estado e a relação da população com o espaço dependerá essencialmente, da linha política que for definida e pode ser, por conseguinte, independente do económico.

O fenómeno da urbanização [1] que nos aparece, «historicamente ligado ao fenómeno da industrialização capitalista» [2], fazendo parte integrante do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, assumiu tal importância, no mundo contemporâneo, que um autor com o vigor intelectual e as perspectivas teóricas de Henri Lefebvre pôde falar já de «Sociedade Urbana», em termos que manifestam completa ruptura com a teoria da luta de classe e dos modos de produção [3]. Com efeito, H. Lefebvre distingue, no processo histórico, três grandes eras: a era agrária, a era industrial e a era urbana (ou post-industrial), a que corresponderiam, respectivamente, uma

[1] Trata-se duma organização específica do espaço que se baseia, fundamentalmente, na decomposição dos modos de produção pré-capitalistas e na consequente emigração das populações em direcção aos centros urbanos, onde se condentram os meios de produção e onde se vai concentrar a força de trabalho.

[2] Não se pretende sugerir aqui, que exista entre os dois fenómenos mencionados uma relação de causalidade, nem mesmo de simultaneidade e concomitância; com efeito, nos países economicamente «subdesenvolvidos», e dependentes, a taxa de urbanização é muito superior à taxa de industrialização e, além disso, nada impede, em princípio, uma industrialização descentralizada.

[3] Isto confirma a nossa convicção de que o problema das formas de articulação entre a teoria e a prática se reveste da maior importância teórica e que, no processo de produção de conhecimentos, a relação dialéctica entre estes dois domínios assume particular relevo. Por outras palavras, um trabalho teórico amputado da respectiva prática tem fortes probabilidades de apresentar um carácter predominantemente ideológico, mesmo que traduza grande poder especulativo.